

*José Mattoso***

A colecção «Reis de Portugal», editada pelo Círculo de Leitores por iniciativa do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica e sob a orientação dos Professores Artur Teodoro de Matos e João Paulo Costa, constitui, não há dúvida nenhuma, um acontecimento importante da historiografia portuguesa. Tendo sido autor de um dos seus volumes, aceitei fazer um breve comentário à obra colectiva que a colecção constitui. É com muito gosto que tento fazê-lo, embora me pareça que, nas condições em que se desenrola esta sessão, o meu comentário tem necessariamente de ser breve e genérico. Com efeito, não é possível, em 30 minutos proceder a um trabalho crítico sobre uma obra com 34 volumes. Ora, o comentário historiográfico que na verdade interessa fazer tem de se basear numa análise crítica. Por isso, tem de ser objectivo. Além de avaliar que progresso no conhecimento do passado conseguiram os 37 autores desses volumes em relação ao estádio anterior da investigação histórica, tem de propor alternativas válidas a teses, hipóteses ou interpretações discutíveis, tem de apontar eventuais lacunas, equívocos ou imprecisões. Só assim é possível tirar conclusões de carácter geral sobre o papel representado por esta colecção face às tendências e características da investigação histórica portuguesa na actualidade. Se reconheço a utilidade e até a necessidade de uma análise deste género, tenho a convicção de que ela só é possível e eficaz sob a forma de uma discussão alargada, com a participação de especialistas das várias épocas consideradas, de forma a assegurar que se proceda com verdadeiro conhecimento de causa.

Sendo assim, a única forma correcta de responder ao que me foi pedido é limitar-me a comentar questões formais que de alguma forma condicionaram os objectivos e a concepção do projecto, e apontar algumas características susceptíveis de detectar através de uma sondagem rápida e sem pretensões.

* Mesa redonda realizada na UCP em 20.04.07, aquando da conclusão das «Biografias dos Reis de Portugal».

** Prof. catedrático (aposentado) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Começemos por reconhecer que o projecto idealizado pelo CEPCEP era ambicioso. Nos moldes em que foi lançado, isto é com o propósito de publicar um volume para a «biografia» de cada um dos 34 reis de Portugal, dentro de limites de tempo fixados rigidamente, parecia, à partida, quase inexequível.

Hoje, publicado já o último volume, completada e distribuída toda a colecção, devemos, antes de mais, congratular-nos por se ter conseguido vencer as previsíveis dificuldades: encontrar um elenco completo de autores especialistas de cada época, suficientemente disponíveis para investigar e escrever textos seguros, acessíveis a leitores de cultura média, capazes, também, de aceitar e cumprir imposições formais, como a extensão de um número de páginas uniforme para todos os volumes, qualquer que fosse a extensão do seu reinado. Estas condições podiam ter afastado os melhores autores, ou seja aqueles que já gozavam de um nome suficiente para não se sujeitarem a exigências susceptíveis de coarctar a sua liberdade. Os editores, todavia, conseguiram persuadi-los e conjugar todos os parâmetros, de forma a respeitar o plano estabelecido e a cumprir as regras convencionais para o formato das notas e referências bibliográficas e a apresentação gráfica. Tendo em conta a habitual dificuldade dos portugueses em cumprir prazos, a falta de hábitos de planificação entre os especialistas das ciências humanas e uma mal entendida concepção acerca da liberdade dos «sábios», temos de reconhecer que a publicação foi um êxito. Cumpriu com rigor o compromisso de publicar os volumes dentro dos prazos convencionados, de forma a assegurar a confiança do público.

Na verdade a fórmula editorial adoptada explica uma boa parte do êxito. Com o objectivo de atingir um público o mais largo possível, foi-se ao encontro do seu gosto pelas colecções, fornecendo-lhe uma com bastantes volumes, de formato uniforme, completada num período relativamente curto, que respondia à curiosidade de conhecer melhor a vida dos reis cujos nomes outrora se aprendiam na instrução primária, mas dos quais se tinha esquecido tudo. Assim, para o grande público, ter na estante da sala, bem alinhados, uma colecção de 34 volumes sobre os reis de Portugal, era, e é, um respeitável sinal de prestígio. Para os leitores mais exigentes desejosos de conhecer a História do seu país, era atraente constituir uma fonte de informação detalhada, completa e segura, dada a confiança que podiam ter nos melhores autores.

Vejamos, pois, se, em termos gerais, a colecção conseguiu manter a acessibilidade e qualidade dos textos, ou seja, se respondeu às expectativas de uma obra de divulgação sem perder a qualidade requerida pela especialização. Para isso, temos que examinar, em primeiro lugar, o nível científico alcançado. Podemos dizer que é, em geral, bom, por vezes excelente, e mesmo excepcional, e raramente fraco ou medíocre. É o que acontece a todas as obras de colaboração, mesmo as mais notáveis. Incluem sempre artigos melhores ou piores. Os seus leitores exigem apenas conhecer os nomes dos autores dos artigos que consul-

tam, para saberem que confiança lhes podem conceder. O prestígio de obras deste género mede-se pela proporção de uns e de outros. A colecção «Reis de Portugal» merece, neste ponto, uma boa nota. Não posso, no entanto, deixar de referir a este propósito um pequeno pormenor negativo, pelo facto de os três volumes com mais do que um autor não distinguirem o que pertence a cada um deles. O leitor que pretende consultá-los tinha o direito a esta informação, sempre indispensável do ponto de vista científico.

Reconhecendo que a fórmula editorial adoptada pela colecção quanto ao número uniforme de páginas para todos os volumes é, como vimos, importante do ponto de vista do critério da difusão, devemos verificar se esta exigência prejudicou a qualidade científica. De facto, o volume consagrado a Afonso Henriques, que governou durante 57 anos tem as mesmas dimensões que o dedicado a Afonso II, que ocupou o trono durante uns escassos 12 anos; o de D. Duarte tem tantas páginas como o de Afonso V, embora um fosse rei durante 5 anos e outro durante 43. Além disso, a formatação em volumes uniformes ignorava a eventual dificuldade resultante da escassez ou abundância das fontes disponíveis, de facto tão contrastante como a que opõe, por exemplo, Afonso II a D. Carlos. Enquanto Hermínia Vilar, no primeiro caso, teve de lutar contra a ausência de fontes mas pôde estender o discurso argumentativo para fundamentar a sua opinião acerca dos factos e da política régia, Rui Ramos, no segundo caso enfrentava o obstáculo inverso, decorrente do excesso de dados e de informações e da consequente dificuldade de síntese. Ora bem, se pode ter havido algumas distorções menos felizes, a dificuldade daí resultante foi, em geral, bem resolvida. A disparidade de situações impôs soluções historiográficas diferentes, conforme os casos. Uma vez predomina a argumentação acerca da hermenêutica e crítica das fontes, outras acentua-se a interpretação dos factos. A variedade das respostas é um indício positivo da maturidade da historiografia portuguesa actual. Os seus autores, mesmo quando altamente competentes em problemas técnicos, conseguiram produzir textos nem demasiado eruditos nem demasiado vulgares, acessíveis a leitores de cultura média, mostrando com se faz a selecção de dados documentais necessária à construção narrativa, e, noutros casos como se escolhe na grande massa de elementos significativos aqueles que realmente fazem a História.

Temos de reconhecer, portanto, que a colecção «Reis de Portugal» consegue conciliar bastante bem os valores, tendencialmente divergentes da especialização e da divulgação. Convém reflectir um pouco neste facto. Antes do 25 de Abril a historiografia portuguesa padecia de um evidente academismo. Os historiadores eram normalmente senhores muito formais e as suas publicações muito eruditas. As suas obras ocupavam um lugar eminente nas estantes das bibliotecas universitárias, suscitavam sábias controvérsias, apresentavam extensas notas e inúmeras referências bibliográficas em todas as línguas, com muitos itálicos e muitos *idem*, *ibidem*, *opus citatus*, ocupavam-se de minúsculas questões mais ou menos

controversas, demonstravam sabiamente grandes teses patrióticas. Por vezes propunham-se tratar de temas tão vastos, que os seus autores não chegavam a cumprir o essencial dos seus projectos, aliás, quase sempre, de contornos vagos ou baseados em conceitos teóricos mal assimilados. Assim aconteceu até com os mais respeitáveis, como Alexandre Herculano, Gama Barros, Rebelo da Silva ou Costa Lobo.

Com efeito, os nossos graves eruditos desprezavam a divulgação. Olhando-a com sobrançeria, consideravam-na incompatível com o nível intelectual em que se colocavam. Assim, o espaço da divulgação era ocupado, no caso da História, pelos compêndios escolares, pela dramaturgia inspirada em episódios patrióticos, e pelos romances históricos. As biografias e as questões interpretativas da História eram raras e traduzidas de originais franceses ou ingleses. Estas apareciam, por vezes, em pequenos textos inseridos em colecções de tipo enciclopédico inspiradas por uma militância cultural de esquerda apostada em elevar o nível cultural popular, como acontecia com os cadernos da editorial Inquérito.

A difusão científica em História, praticada por especialistas, quer professores universitários, quer investigadores, só começou depois do 25 de Abril. Só então apareceram obras de investigação de bom nível científico que nem por isso deixaram de ser bons êxitos editoriais. Este resultado de um alargamento do público que queria ter opiniões pessoais esclarecidas acerca de questões históricas era então estimulado pelas obras de historiadores franceses de indiscutível competência científica, mas com talento literário e que tratavam de velhos problemas da vida social de uma forma inovadora, como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel ou Jacques Le Goff. Esta evolução foi, evidentemente, benéfica para o nosso desenvolvimento cultural nos últimos trinta anos. Na verdade, o progresso científico não depende apenas de trabalhos altamente especializados. Os conceitos e conhecimentos de base necessários ao avanço da ciência têm de ser tão difundidos quanto possível. A dicotomia erudição/divulgação, predominante em Portugal antes de 1974, era um dos mais evidentes indícios de uma sociedade de baixo nível cultural. Ora este problema pode-se hoje considerar praticamente resolvido na área da História de Portugal. As biografias dos «Reis de Portugal» beneficiaram de uma alargamento do gosto de muita gente pela história. Ao mesmo tempo constituem uma importante contribuição para desenvolver e aprofundar este mesmo gosto. De facto a maioria dos seus autores consegue apresentar textos acessíveis e ao mesmo tempo rigorosos e exigentes. Este facto não seria possível antes de 1974, quando o público capaz de ler e apreciar tais obras era extremamente reduzido e os especialistas desprezavam a divulgação.

Admitimos, portanto, que se resolveu correctamente a relação entre a divulgação e a erudição. Isto não quer dizer que a colecção só tenha obras-primas. Com efeito, o nível atingido não dispensa a crítica, sem a qual não existe nenhum progresso intelectual. A colecção terá, pois, de se submeter à discussão científica.

Não podemos sujeitar-nos ao velho defeito português avesso a esta prática. Com efeito, ao contrário do que acontece nos países mais desenvolvidos, em Portugal a crítica é, ainda hoje, mal recebida, provoca rupturas de relações pessoais, fomenta intrigas institucionais, afecta a carreira do pessoal docente, encontra pouco espaço público para se poder manifestar serenamente e com verdadeiro proveito. Infelizmente este defeito está longe de se dissipar.

Um dos seus indícios é a escassez de revistas científicas com uma boa secção de recensões críticas e uma cobertura regular da produção nas várias áreas especializadas. Ao contrário do que referia há pouco acerca da divulgação, este defeito permanece nos meios intelectuais portugueses e não parece tender a desaparecer. Tem uma relação evidente com a crise da Universidade que infelizmente atravessamos; por isso seria útil discuti-lo tendo em conta o seu enquadramento institucional. Como é evidente, relaciona-se com o frequente recurso aos tribunais para impugnar as provas e concursos académicos. Apesar de a arbitragem judicial não ser competente do ponto de vista científico, este facto revela o mau funcionamento do sistema de selecção e sobretudo a perda do critério da cientificidade como regra de base da instituição universitária. As autoridades académicas deixaram de suportar a crítica. Deixemos, porém, de lado esta questão. Não é neste lugar que ela se deve discutir. Mas não podemos também deixar de dizer, com toda a clareza, que, de um ponto de vista historiográfico, é indispensável exortar os historiadores portugueses a confrontarem ideias, opiniões e interpretações, ou seja, a empreenderem um amplo debate acerca das obras agora publicadas. O estádio atingido por elas não é definitivo. Mas só será ultrapassado por meio da discussão e da crítica. Esperemos que o avanço dos conhecimentos e interpretações alcançado sirva de estímulo para novos aprofundamentos.

O que neste momento estou a sugerir é que os nossos historiadores, e sobretudo os que redigiram as biografias dos reis portugueses, examinem com cuidado os textos dos seus colegas e discutam publicamente as interpretações dos factos, a legitimidade das fórmulas gerais com que se definem acções, ambientes, estruturas, instituições e conceitos de épocas passadas ou o encadeamento dos factos como forma de explicação da História. Este procedimento é particularmente necessário, interessante e fecundo para o período medieval, em que as lacunas documentais são grandes e numerosas, e em que, por isso, as reconstituições dependem de hipóteses dotadas de graus de verosimilhança variáveis. Assim, mesmo que não se consiga demonstrar a total veracidade de uma reconstituição, é muito importante verificar coincidência de opiniões e de argumentos, sobretudo quando se chega à mesma conclusão por vias diferentes.

Um aspecto particular da colecção dos «Reis» oferece ocasião directa à discussão. Em todos os seus volumes se encontrarem passagens paralelas que tratam sob perspectivas diferentes dos mesmos períodos cronológicos, uma vez que se ocupam da infância, e juventude dos futuros reis e que estes coincidem

com o fim do governo dos seus antecessores. Seria, pois, interessante averiguar as eventuais divergências daí resultantes, e as consequências interpretativas de tais discrepâncias. Além disso, muitos dos autores desta colecção conhecem bem períodos históricos relativamente largos. Em vários casos poderia ter havido uma distribuição diferente dos biografados. A escolha final resultou da necessidade de cobrir todo o elenco, sem omitir nenhuma biografia. Temos, pois, actualmente, conjuntos de especialistas nas melhores condições para desenvolverem debates, pesquisas programadas ou estudos comparativos de âmbito cronológico, temático ou interpretativo. Para isso, porém, é preciso não temer a discussão. Se ela se confina ao campo científico, sem contaminar as relações pessoais, não pode deixar de ser fecunda e enriquecedora.

Passemos, agora a outros aspectos que de certa maneira definem a colecção, mesmo quando foram resolvidos de forma diferente por cada um dos autores. Um dos mais interessantes é o facto de quase todos eles perceberem bem que o género literário da biografia não coincide exactamente com o da História. Interrogam-se, portanto, acerca do que a biografia exige, da sua legitimidade ou do seu interesse, e até da sua própria possibilidade, sobretudo em épocas anteriores ao Renascimento. De facto, na Idade Média, a imprecisa noção de autonomia individual torna duvidosa a reconstituição do percurso pessoal. Nessa época, as informações das fontes narrativas são tão escassas que tem de se recorrer a informações sobre o contexto. Também acontece que a tradição narrativa, embora mais nutrida, e mesmo relativamente abundante, transmita um retrato irreal que se foi enriquecendo com o tempo, para o colocar ao serviço de uma causa ideológica, como aconteceu, nitidamente, com Afonso Henriques. Neste caso, a personagem histórica desaparece por detrás de representações míticas. Temos de fornecer explicações prévias para definir as características e as condições de produção das fontes, como condição indispensável para não deturpar o seu significado.

Mesmo quando a figura do rei não adquiriu dimensões míticas tão amplas como a do Fundador da Nacionalidade, é muito frequente a formação mais ou menos precoce de um certo retrato, cuja forma vai evoluindo ou sendo alterada nos séculos seguintes. Os cognomes dados aos reis portugueses constituem, na sua extrema condensação, verdadeiros retratos ou caricaturas. Mesmo quando se devem considerar falsos, deturpantes ou enganadores, nem por isso perdem o seu significado. Tratam-se mais frequentemente de retratos morais do que de retratos físicos, sobretudo os mais antigos; por isso representam juízos históricos colectivos ou individuais. A maioria dos volumes desta colecção começa justamente por apresentar esses retratos com as suas variantes, em geral para se distanciarem deles e os esquecer, como esboços incompletos ou enganadores, partindo do princípio de que a biografia que se propõem tratar virá a constituir o verdadeiro retrato, tão objectivo, completo e isento quanto os vestígios documentais o

permitam. Alguns autores, porém, advertem que a sua reconstituição não é a verdade, pela simples razão de que a verdade histórica não existe ou é sempre ambígua. Por outro lado, vários autores, sobretudo os medievalistas, chamam a atenção para o facto de a escassez de informações propriamente biográficas acerca do seu herói ter de se compensar com a narrativa de acontecimentos do reinado, mesmo quando o rei não tem neles nenhuma intervenção directa. Este último problema contribui, obviamente, para que a presente colecção se torne, no seu conjunto, uma verdadeira História de Portugal construída numa perspectiva de história narrativa, por oposição à História das estruturas sociais e económicas.

Uma segunda característica desta colecção é o facto de todos ou quase todos os seus autores terem procedido a uma investigação expressa, pessoal, directa sobre a documentação disponível e de utilizarem muitas vezes documentos inéditos. Não se baseiam em informações de segunda mão. Reviram ou verificaram as já conhecidas e acrescentam-lhe dados novos. O conhecimento directo da documentação de base e a especial competência acerca da época a que consagram a sua investigação permite-lhes conseguir uma segurança até hoje inexistente em obras de síntese. Dado número de páginas pedido pelo editor, os acontecimentos tiveram de ser descritos com bastante pormenor. Foi necessário buscar informações detalhadas acerca de acontecimentos e personagens estrangeiros, de forma a poder relacionar a história nacional com a história peninsular e com a história europeia, e, para os soberanos das épocas moderna e contemporânea, com a história mundial. Deste ponto de vista, verifica-se um nítido progresso historiográfico, apoiado num conhecimento normalmente muito completo da bibliografia internacional. Hoje nenhum historiador universitário se atreve a alegar a impossibilidade de consultar obras ou documentos que só pode encontrar em bibliotecas ou arquivos estrangeiros. Por outro lado, o próprio desenvolvimento das fontes de informação bibliográfica, por meio de boletins, repertórios e revistas, e, desde há pouco, pela Internet, veio alargar a possibilidade de consulta. Os autores dos «Reis de Portugal» usam estes instrumentos de forma completa e enriquecedora.

Merece a pena destacar o progresso historiográfico que estas características representam. Com efeito, embora todos ou quase todos os autores sejam docentes universitários, propensos a orientar a sua investigação para temas estruturais ou institucionais, ou para procederem a análises sistemáticas de fundos documentais definidos por parâmetros cronológicos ou espaciais, tiveram de fazer um exercício que não era ditado por interesses académicos, mas por um propósito de divulgação e que convidava a adoptar a perspectiva literária, associada ao género biográfico. Nem uma coisa nem outra se podiam conciliar com uma escrita descarnada ou esquemática admissível em teses repletas de mapas, gráficos, quadros e tabelas exigida pela investigação económica e social. A perspectiva biográfica, pelo contrário, convidava os autores a identificar claramente as

personagens intervenientes, a imaginar as suas reacções, a ter em conta as mentalidades e os interesses individuais ou de grupo, a caracterizar os lugares e regiões, a estabelecer datações minuciosas, a descrever os acontecimentos com todo o rigor, a situar as acções em cenários tão concretos quanto possível. Foi assim que vários deles, sobretudo os que escreviam sobre reis dos séculos XVI a XVIII, recorreram a rituais, cerimoniais e relatos circunstanciados de celebrações como os baptizados, casamentos, funerais ou coroações, de festas litúrgias ou civis, de visitas e entradas régias, de caçadas e torneios, ou procuraram descrições de cidades, palácios ou igrejas. Os que escreveram sobre reis do século XIX tiveram muitas vezes a possibilidade de utilizar cartas e memórias, e assim, de penetrar na psicologia dos seus protagonistas e de ter em conta as reacções afectivas e os comportamentos temperamentais.

Outra característica comum e que merece a pena sublinhar é o normal distanciamento para com as polémicas em torno de vários reis portugueses, sobretudo aqueles que a historiografia liberal acusava como responsáveis por um governo nocivo ou obscurantista. Como se sabe as figuras atingidas eram sobretudo D. João III, por ter sido o responsável pela introdução em Portugal da Inquisição e da Companhia de Jesus, o Cardeal D. Henrique pela colaboração que deu a ambas as iniciativas e por ter confiado a educação de D. Sebastião aos Jesuítas, D. Sebastião pela insensata irresponsabilidade com que empreendeu a conquista de Marrocos, e depois quase todos os soberanos seguintes, quer por favorecerem demasiado a Igreja e os Jesuítas, quer por não terem protegido devidamente os estudos universitários, as ciências, as artes ou o desenvolvimento económico. A grande excepção era, evidentemente, D. José pela protecção que concedeu ao Marquês de Pombal, exaltado por ter abatido a Companhia de Jesus, renovado os estudos universitários, desenvolvido o comércio e criado as primeiras indústrias. Os ataques da historiografia liberal e republicana atingiram de uma forma ainda mais feroz D. Luís e D. Carlos, mas poupavam D. Pedro V. Como se sabe, às posições da historiografia liberal respondeu a historiografia conservadora que procurou reabilitar as figuras vilipendiadas pelos liberais. De um lado, Herculano, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas, António Sérgio ou Aquilino Ribeiro; do outro, António Sardinha, Alfredo Pimenta, Caetano Beirão ou Lúcio de Azevedo. O regime salazarista favoreceu a reabilitação patriótica fazendo dos manuais do ensino liceal o instrumento da sua propaganda, mas a oposição liberal não foi menos combativa até 1974.

Uma das mais importantes contribuições da colecção dos «Reis de Portugal» para superar polémicas deste género, sempre estereis e deturpantes por transformarem a História em tribunal, foi a redução da polémica ideológica às suas devidas proporções. Os autores que redigiram os textos dos volumes consagrados a figuras controversas, lembrando, embora, as interpretações positivas ou negativas anteriormente produzidas, evitaram os juízos de valor e colocaram o acento

na compreensão dos acontecimentos, mesmo que sejam difíceis de entender em função da mentalidade e sistemas de valores actuais. Contribuem, assim, da maneira mais eficaz para libertarem a História de esquemas interpretativos que só podem impedi-la de exercer a sua verdadeira função intelectual.

A publicação da colecção «Reis de Portugal» constitui, portanto, um vigoroso distanciamento das perspectivas da história das estruturas sociais e económicas, considerada ainda não há muito tempo como a verdadeira História, a única que merecia a pena estudar, a única que se podia considerar científica. Apesar de alguns ensaios historiográficos inspirados nesta perspectiva, obviamente por influência francesa, temos de admitir que, em Portugal, a investigação desse tipo não chegou muito longe nessa via. Só se pôde orientar nesse sentido depois do 25 de Abril, quando os modelos franceses já começavam a diversificar-se e a conceder um papel mais importante à história das mentalidades e às interpretações de base antropológica. Apesar do dogmatismo com que a vulgata marxista exerceu a sua tirania na maioria dos cursos de história das nossas universidades a seguir ao 25 de Abril, para excluir qualquer explicação histórica que não se baseasse no materialismo dialéctico, é bastante escassa a investigação portuguesa acerca das estruturas sociais e económicas para períodos anteriores ao fim do século XIX. Os estudos baseados em levantamentos sistemáticos e completos da documentação de uma região vasta durante um período largo exigiam um investimento humano demasiado pesado para conseguir atrair os historiadores portugueses, que geralmente preferem obter resultados a médio ou curto prazo. Os ensaios que se fizeram neste campo restringiram-se a áreas geográficas reduzidas e a períodos insuficientes para se poderem tirar conclusões seguras; além disso foram demasiado dispersos no tempo e no espaço para se poderem definir com segurança os termos comparativos. Há poucos elementos válidos para definir e explicar as diferenças e as semelhanças verificadas no tempo e no espaço.

Apesar disso, a problemática económica e social esteve presente nas recentes sínteses da História de Portugal, quer na dirigida por mim, quer na orientada pelo Prof. Oliveira Marques. Em ambos os casos constituiu, mesmo, a principal base interpretativa dos fenómenos históricos considerados, que, por serem de natureza estrutural, se situam no tempo longo e nos movimentos de massa. Neste sentido, ambas se podem considerar produtos das perspectivas francesas dos *Annales*, apesar de a investigação que as precedeu e que lhes serviu de base não se poder considerar suficientemente segura e completa para resolver com segurança todos os problemas. A história política, pelo contrário, é secundarizada em ambas. Na *Nova História de Portugal* aparece em último lugar, no fim de cada volume, quase como um apêndice, geralmente sem que o respectivo autor procure demonstrar a sua relação com as estruturas económicas e sociais e a sua evolução durante o período respectivo. Na *História de Portugal* do Círculo de Leitores é mais frequente a tentativa de descobrir a articulação dos fenómenos

políticos com os de outros níveis históricos, mas também não se tomam os factos políticos como o fio condutor das alterações verificadas em cada período. O volume relativo aos séculos XVII e XVIII omite, mesmo, por completo, a história política, cujos dados só foram acrescentados ao texto primitivo na edição escolar. Foi difícil persuadir o coordenador do volume de que este capítulo também era indispensável.

A colecção dos «Reis de Portugal» veio, de certa maneira, preencher a lacuna deixada em aberto por estas duas sínteses. Embora não seja esse o seu objectivo principal, constitui, no seu conjunto, uma verdadeira história política de Portugal, sobretudo para as épocas mais recuadas, ou seja para aqueles períodos para os quais era difícil encontrar dados biográficos. A narrativa centrada na pessoa do rei só se torna verdadeiramente possível a partir do século XIX. Cumprindo o programa editorial, os autores dos volumes consagrados a D. Pedro IV, D. Maria II, D. Pedro V, D. Luís, D. Carlos e D. Manuel II escreveram efectivamente biografias, o que raramente foi possível nos volumes anteriores, consagrados a épocas em que os dados biográficos são escassos ou incompletos. Compreende-se bem esta diferença. Tendo os reis da época liberal aceitado o novo regime, deixaram de ser os principais dirigentes políticos. A história política, quer das ideias, quer das organizações partidárias, deixou de depender só deles. Continuando, embora, a ser dela protagonistas, deixaram de desempenhar os principais papéis. A história política tinha, pois, de ser apresentada e explicada independentemente da acções régias.

De qualquer maneira, no seu conjunto, a colecção «Reis de Portugal», enquanto centrada em torno da história do poder político, vem contribuir para uma visão de conjunto do passado nacional bastante completa, moderna, fundamentada e esclarecedora. Representa um progresso notável quando se compara com a situação da historiografia portuguesa de há meio século. Não vem substituir, mas vem completar as Histórias de Portugal que actualmente existem e que já tinham constituído, nos últimos vinte anos, um progresso importante em relação a uma situação efectivamente atrasada quando posta em confronto com a historiografia europeia ou americana. Curiosamente, a perspectiva historiográfica que a ela preside aproxima-se daquela que, na Idade Média e na Época Moderna, desempenhavam as crónicas régias. Esta comparação sugere-me uma última ideia.

Recuperando alguma coisa da perspectiva cronística, a colecção «Reis de Portugal» aceita, de certo modo, uma concepção popular da História, centrada em torno dos detentores do poder que o exercem em nome de Deus e por isso o consideram sagrado. A sacralização do poder tranquiliza o povo, que se sente protegido, e apela para o dever de serviço (do povo para com o rei e do rei para com o povo) e para a solidariedade. A crónica conta como o rei foi fiel ou infiel ao seu modelo sagrado. Indo ao encontro desta concepção tão popular, vaga, mas saudosamente recordada, a colecção responde a expectativas comuns, embora

inconscientes. Este aspecto também contribui para o seu êxito editorial. Todavia, não pode alimentar equívocos. A sua explicação do passado não se destina a prolongar o mito, mas a descobrir o que ele possa ter de verdadeiro. Tem, portanto, de ser racional e objectiva. A história como disciplina científica destina-se a descobrir a racionalidade dos fenómenos sociais e da sua evolução através do tempo. Por isso tem de entrar em linha de conta com os aspectos económicos, sociais, culturais e mentais, mas também com a intervenção voluntária, consciente ou não, dos detentores do poder. A componente estrutural dificilmente poderá atrair o cidadão normal; mas a componente voluntária interessa a toda a gente. Assim, sem renegar a perspectiva cronística, fornecem-se ao leitor os elementos necessários para ele atingir uma compreensão mais completa do passado e, por esse meio, compreender também melhor a sociedade em que vive.

Fazer da História a disciplina destinada a resolver a dimensão diacrónica dos problemas estruturais da sociedade representa uma tarefa de natureza científica. Mas a História não é só ciência. Conjugiar todos os elementos de que ela é feita, mesmo os mais aleatórios, e conseguir explicar o que aconteceu de uma forma compreensível e até atraente, é já do domínio da arte. Existem as duas coisas nos 34 volumes dos «Reis de Portugal». Nalguns deles de forma eminente. Por isso me atrevo a dizer que a colecção, com volumes de valor variável, como tudo o que é humano, representa uma contribuição muito importante para a historiografia portuguesa.

Regozijo-me por ter feito parte desta equipa e pelo sucesso global alcançado. Felicito o CEPCEP, os coordenadores que em seu nome orientaram o empreendimento e se esforçaram por lhe imprimir o melhor nível científico possível, e a editora Círculo de Leitores pela maneira como conseguiu difundir tão largamente um valioso instrumento de desenvolvimento cultural.